

## Capítulo III

### Problemas nas teorias de nomeação e o desafio dos nomes vácuos

Uma das perguntas mais importantes que encontramos na discussão clássica entre descritivistas e causalistas é esta: “Como os nomes próprios referem?” Uma resposta que parece bastante razoável para essa pergunta é a de que nomes próprios referem via falante. Ao fazer determinado proferimento usando um nome próprio *n*, o falante intenciona referir um certo objeto com *n*. Essa intenção tem a ver com a computação interna de certas informações por parte do falante. Apesar de essa resposta parecer bastante razoável, ela é geralmente evitada, principalmente pelos causalistas. O externalismo do causalista proíbe-o de dar uma resposta assim. Proíbe-o mesmo de procurá-la, e até de admitir sua razoabilidade.

Pode-se argumentar que isso não é um problema, uma vez que a explicação causalista para a função referencial dos nomes próprios já é suficientemente boa e nem por isso precisa apelar para noções internalistas. A verdade, no entanto, é que a explicação causalista tem vários pontos questionáveis. A primeira seção deste capítulo buscará exatamente explicitar quais são esses pontos.

Na segunda seção, será a vez do descritivismo passar por uma análise crítica. Verificar-se-á, então, que a explicação que os descritivistas dão para a função referencial dos nomes próprios também tem seus problemas. Muitos deles foram corretamente denunciados por Kripke. E quase todos têm a ver com o fato de os descritivistas, em geral, não terem aderido completamente ao ponto de vista internalista.

Finalmente, a terceira seção tratará de um problema que é especialmente desafiador para as posições externalistas: o problema dos nomes próprios vácuos. Algumas teorias que tentam lidar com o problema serão examinadas. Será constatado então que, nesse item, as teorias descritivistas se saem melhor que as causalistas.

### 3.1. Problemas com o causalismo

Pode-se dizer que *Naming and Necessity* tem uma parte negativa e uma parte positiva, vale dizer, uma parte crítica e uma parte em que se propõem soluções. A maior parte é a negativa. Nela, Kripke faz críticas ao descritivismo enquanto teoria do significado e enquanto teoria da referência. Somente depois de expor seus argumentos antidescritivistas, ele passa a apresentar sua proposta causalista de explicação para a questão da função referencial dos nomes próprios. Esta seção seguirá um caminho análogo. Em primeiro lugar tratarei de examinar a consistência das críticas kripkianas. Só depois, vou considerar os méritos e os deméritos da explicação causalista de Kripke.

O primeiro ponto questionável que se pode encontrar na crítica de Kripke ao descritivismo reside no argumento da necessidade do significado. Esse argumento, como foi exposto no capítulo anterior (pp. 67-69), é usado por Kripke para refutar o uso do descritivismo como teoria do significado de nomes próprios. Ele consiste em mostrar que consequências absurdas se seguem da hipótese de que o significado de um nome é dado por uma descrição ou por uma combinação de descrições definidas. Um dos exemplos que Kripke dá é o do nome “Aristóteles”. O exemplo é o seguinte:

Assim suponha que nós digamos, ‘Aristóteles é o homem mais notável que estudou com Platão’. Se nós usamos isto como uma *definição*, o nome ‘Aristóteles’ deve significar ‘o homem mais notável que estudou com Platão’. Então obviamente em algum mundo possível este homem poderia não ter estudado com Platão e algum outro homem teria sido Aristóteles. Se, por outro lado, nós usamos a descrição para fixar o referente então este homem será o referente de ‘Aristóteles’ em todos os mundos possíveis (KRIPKE, 1980: 57).

Nesse exemplo, Kripke aponta que, se definirmos o significado de “Aristóteles” como “o homem mais notável que estudou com Platão” temos que concluir que, em algum mundo possível, *algum outro homem teria sido Aristóteles*. Essa conclusão, à primeira vista, não parece aceitável, mas, se analisarmos o exemplo com atenção, é possível que a impressão de absurdo acabe se desvanecendo. Com efeito, há duas observações que gostaria de fazer aqui que poderiam ajudar a minimizar essa impressão. A primeira observação tem a ver

com o significado da conclusão. A segunda, tem relação com os pressupostos que possibilitam que a conclusão seja inferida.

Em primeiro lugar, é preciso entender melhor o que acontece quando definimos “Aristóteles” como “o homem mais notável que estudou com Platão”. Algo interessante que certamente acontece é que o enunciado “Aristóteles é o homem mais notável que estudou com Platão” se torna analítico. Entretanto, nunca se deve perder de vista que, sendo analítico, o enunciado versa sobre termos da linguagem. O enunciado estabelece que dois termos são sinônimos. Nesse sentido, ele funciona exatamente como o enunciado “um solteiro é um não casado”, e é analítico na mesma medida. Dessa forma, o nome “Aristóteles”, por definição, deverá ser usado exatamente como a descrição “o homem mais notável que estudou com Platão”. Por exemplo, suponha que, em um certo mundo possível M, é verdade que “Teeteto é o homem mais notável que estudou com Platão”. Deve-se notar que a expressão “o homem mais notável que estudou com Platão” é usada aqui como um predicado aplicado ao nome “Teeteto”. Analogamente, no enunciado “Teeteto é Aristóteles”, que também será verdadeiro em M, a palavra “Aristóteles” também deverá ser vista como um predicado que está sendo aplicado ao nome “Teeteto” e, pensado desse modo, não parece tão absurdo afirmar que Teeteto é Aristóteles em M. Afirmer isso é exatamente o mesmo que afirmar que Teeteto é o homem mais notável que estudou com Platão em M. Se as duas afirmações têm o mesmo significado, não é razoável postular que uma é absurda e a outra não. O absurdo só emerge quando não temos clareza sobre o modo como a palavra “Aristóteles” é usada. Se tivermos clareza sobre isso, podemos concluir que em M o enunciado “Aristóteles não é Aristóteles” é verdadeiro, e nem por isso ficaremos chocados. De fato, no tal enunciado, a primeira ocorrência da palavra “Aristóteles” não está sendo usada da mesma forma que a segunda. A primeira é usada para designar um homem e a segunda é usada para designar uma propriedade, a saber, a propriedade de ser o homem mais notável que estudou com Platão. Repare-se, porém, que ao fazer essa observação, estou apenas analisando as intuições de Kripke sobre o que seja dar o significado de um nome. Estou mostrando que mesmo partindo dessas intuições, não chegamos a conclusões absurdas, embora possamos chegar a situações em que poderíamos dizer: “não era bem isso que queríamos dizer”. Se, porém, assumirmos outras intuições, podemos evitar as tais conclusões absurdas que

Kripke enxerga e, de sobra, podemos ficar com uma sensação de que estamos descrevendo a situação de uma forma mais apropriada. Minha segunda observação se presta a esse propósito.

É preciso levar em conta o que de fato os descritivistas querem dizer quando afirmam que o conteúdo descritivo de um nome é dado por uma descrição definida ou por uma combinação de descrições definidas. Eles certamente não querem dizer que o significado de um nome é dado por um enunciado necessário. Todos os descritivistas dizem que o conteúdo descritivo do nome *n* é relativo a um uso particular de *n*, e, em diferentes ocasiões, diferentes usos de *n* podem ser feitos. Russell, por exemplo, assinalou certa vez que não só pessoas diferentes fazem usos diferentes do mesmo nome, mas até a mesma pessoa, em momentos diferentes, pode usar o nome de modos diferentes. Pensemos mais uma vez no nome “Aristóteles”. Em um dado uso, um falante pode pensar em Aristóteles como *o homem mais notável que estudou com Platão*, mas em outro uso o falante pode pensar nele como *o estagirita que foi mestre de Alexandre Magno*. Dessa forma, fica claro que o nome “Aristóteles” não tem um significado de dicionário, como tem a palavra “solteiro”, por exemplo; o que o nome tem é um tipo de conteúdo descritivo subjetivo que lhe é anexado pelo falante no momento em que este usa o nome. Destarte, mesmo quando um falante pensa em Aristóteles como *o homem mais notável que estudou com Platão*, isso não quer dizer que naquela ocasião o nome “Aristóteles” está sendo definido como sinônimo da descrição “o homem mais notável que estudou com Platão”, e, portanto, não se pode dizer que o enunciado “Aristóteles é o homem mais notável que estudou com Platão” é uma verdade necessária. É verdade que, do ponto de vista do descritivista, em tal ocasião o nome terá um tipo de conteúdo descritivo, mas esse conteúdo poderia ser outro para outra pessoa ou para a mesma pessoa em outra ocasião, o que indica que não há nada de necessário nele.

Com essas observações, espero ter deixado claro que o argumento da necessidade do significado não demonstra, como Kripke pretende, a falsidade das teorias descritivistas do significado. Como esse é basicamente o único argumento que Kripke apresenta contra a viabilidade desse tipo de teoria, o descritivismo permanece incólume nesse ponto. Agora vejamos o que acontece quando Kripke tenta refutar o descritivismo enquanto teoria da referência.

A crítica de Kripke às teorias descritivistas da referência consiste basicamente na crítica daquelas seis teses descritivistas listadas em *Naming and Necessity* (cf. capítulo 2, p. 69). Repito-as aqui (lembre-se de que A é um falante que usa o nome 'x', e de que as seis teses devem respeitar a cláusula de não-circularidade C):

1. A cada nome ou expressão designadora 'x' corresponde um *cluster* de propriedades  $\phi$ , tais que A crê que ' $\phi x$ ';
  2. A crê que uma das propriedades  $\phi$ , ou um conjunto delas, identifica um indivíduo univocamente;
  3. Se a maioria dos  $\phi$ 's (ou os mais relevantes) são satisfeitos por um único objeto y, então y é a referência de 'x'.
  4. Se não existe um tal y, então 'x' não refere.
  5. O enunciado "se x existe, então x tem a maioria dos  $\phi$ 's" é conhecido a priori por A.
  6. O enunciado acima expressa uma verdade necessária.
- (C). A explicação sobre como é determinada a referência de 'x' não deve ser circular.

Após apresentar essa lista de teses, Kripke passa a fazer todas aquelas críticas que vimos no capítulo anterior. Aqui comentarei mais detalhadamente a crítica à tese 4, que me parece mais problemática. Também falarei da tese 1, embora Kripke não a critique. Antes de tudo, porém, falarei da cláusula da não-circularidade. Há três ocasiões em que Kripke faz uso dela.

A primeira ocasião é quando ele está comentando a teoria de William Kneale (KRIPKE, 1980: 68-70; 72-3). De acordo com essa teoria, um nome n qualquer, significa o mesmo que "o indivíduo chamado 'n'" <sup>1</sup>. Kripke argumenta que se n tivesse esse significado, não poderíamos identificar nada com n, pois antes precisaríamos saber quem é o indivíduo chamado n, e é precisamente esse indivíduo que queremos identificar. Dessa forma, a teoria de Kneale também cometeria o pecado da circularidade.

---

<sup>1</sup> Teorias descritivistas que assumem que os nomes próprios são sinônimos desse tipo de descrição definida são chamadas de "teorias metalinguísticas". Em algumas ocasiões Russell deu explicações metalinguísticas para o conteúdo descritivo dos nomes. Jerrold Katz também sustenta uma teoria metalinguística.

A segunda ocasião em que a cláusula da não-circularidade é usada é quando Kripke está falando sobre a tese 2 (KRIPKE, 1980: 81). Ali ele afirma que se tentamos identificar Cícero como o denunciador de Catilina e ao mesmo tempo só sabemos sobre Catilina que ele foi denunciado por Cícero, então, no final das contas não podemos identificar ninguém. Esse seria um dos constantes riscos dos descritivismo, a saber, associar um nome  $n_1$  com uma descrição  $D_1$  que menciona o nome  $n_2$  e associar o nome  $n_2$  com uma descrição  $D_2$  que menciona  $n_1$ . A circularidade cruzada dessa explicação aniquilaria sua validade.

A terceira ocasião em que Kripke apela para a não-circularidade é quando ele critica a tese 3 (KRIPKE, 1980: 89). Em dado momento, ele diz que não se pode utilizar uma crença sobre Gödel para determinar a referência de Gödel. Uma crença sobre Gödel é uma crença expressa por uma sentença do tipo “Gödel é o tal que fez isso e aquilo”. Acontece que uma tal sentença só expressa mesmo uma crença sobre Gödel se o nome “Gödel” refere Gödel. Ou seja, expressar a tal crença é algo que depende de “Gödel” ter um referente; se eu uso a crença para determinar esse referente, minha explicação é inegavelmente circular.

A principal observação que quero fazer sobre essas aplicações que Kripke faz da cláusula da não-circularidade é que em nenhum dos casos a sua crítica atinge o descritivismo enquanto teoria do significado.

No primeiro caso, com efeito, a natureza da teoria de Kneale é uma das primeiras coisas que Kripke enfoca. Ele fala textualmente que a teoria de Kneale é uma teoria da referência, embora depois declare que, se concordamos que a principal tese da teoria expressa um truísmo, então ela não parece uma teoria da referência. Para mim, está claro que ela não é. A passagem de Kneale citada por Kripke é reveladora:

Nomes próprios ordinários de pessoas não são, como John Stuart Mill supôs, sinais sem sentido. Enquanto pode ser informativo dizer a um homem que o mais famoso filósofo grego chamava-se Sócrates [sic], é obviamente frívolo dizer que Sócrates se chamava Sócrates [sic]; e a razão é que ele não pode compreender o uso da palavra ‘Sócrates’ no começo de seu enunciado a menos que ele já saiba que ‘Sócrates’ significa ‘O indivíduo chamado “Sócrates”’ (KRIPKE, 1980: 68).

Nessa passagem, Kneale não dá nenhuma indicação de que deseja explicar como nomes próprios referem. Parece-me que seu único interesse é

mostrar que nomes próprios são informativos e em que sentido eles o são. Em outras palavras, ele quer esclarecer o que sabemos quando usamos um nome próprio. Segundo ele, no enunciado “Sócrates se chamava ‘Sócrates’” não somos informados de nada interessante. Se isso acontece é por que o nome “Sócrates” significa exatamente “o indivíduo chamado ‘Sócrates’”, e isso faz com que o enunciado “Sócrates se chamava ‘Sócrates’” seja analítico. Em relação a isso, é possível até discordar de Kneale, pois “Sócrates” poderia ser um nome vazio, e nesse caso não haveria nenhum indivíduo chamado “Sócrates”, mas esse não é o ponto. O que importa é que, na passagem citada por Kripke, Kneale não dá nenhum sinal de que deseja explicar como a referência de “Sócrates” é determinada.

Há que se pensar, porém, sobre o valor de uma tal teoria. Do que vale uma teoria do significado de nomes próprios que não diz nada sobre como é fixada a referência desses nomes? Em primeiro lugar, é preciso dizer que é muito estranho que alguém mesmo formule essa questão. Nem tudo no mundo dos nomes próprios é referência. É preciso ter uma visão muito limitada para não ver que existem outras coisas interessantes a respeito dos nomes próprios. Em segundo lugar, a resposta: uma teoria do significado mas não da referência dos nomes próprios pode ter diversas aplicações. Ela pode, por exemplo, servir para esclarecer a diferença entre os valores cognitivos de identidades do tipo  $a=a$  e  $a=b$ ; ou para explicar o que uma pessoa quer saber quando pergunta se Homero existiu; ou simplesmente para explicar por que é frívolo dizer que Sócrates se chamava “Sócrates”.

Uma vez que a teoria de Kneale não seja considerada uma teoria da referência, os ataques que Kripke desfere contra ela se perdem no ar. Com efeito, a cláusula da não-circularidade só pode ser desrespeitada por teorias da referência. É verdade que Kripke tem outras críticas à teoria. Ele diz, por exemplo, que os contemporâneos de Sócrates não o chamavam de “Sócrates”, mas de um nome grego equivalente, por isso não seria correto dizer que “Sócrates” tem o mesmo sentido de “o homem chamado ‘Sócrates’”. Mas meu interesse agora é só examinar o uso que Kripke faz da cláusula da não-circularidade.

No caso da crítica à tese 2, ocorre algo semelhante. Podemos associar ao nome “Cícero” o sentido de “o denunciador de Catilina” e associar ao nome “Catilina” o sentido de “o homem denunciado por Cícero que se chamava

‘Catilina’”. Quando fazemos isso, o que acontece é que podemos dizer o que sabemos quando usamos os nomes “Cícero” e “Catilina”. É claro que não poderíamos empreender uma investigação histórica para identificar os referentes dos nomes baseados somente nessas descrições, mas isso diz apenas que as descrições não nos dão condições de alcançar os indivíduos que elas identificam, não significa que elas não contribuam para compor o valor cognitivo dos nomes. Se fazemos as associações unicamente tendo em vista a composição desse valor cognitivo, ninguém pode nos acusar de pecar contra o mandamento da não-circularidade, pois ele só se aplica a quem quer explicar a função referencial dos nomes próprios.

O terceiro caso é o mais interessante. Ele tem a ver com o uso de uma crença para determinar o referente de um nome. Kripke diz que esse uso é inadequado porque é circular. E mais uma vez ele está certo. A questão é que o descritivista nem sempre está interessado em usar uma crença para determinar o referente de um nome. Como nos exemplos anteriores, o descritivista pode ter outros interesses. Considere por exemplo uma das minhas crenças, a crença de que Gödel provou a incompletude da aritmética. Se alguém que considero digno de crédito me diz que o homem que provou a incompletude da aritmética tentou provar a existência de Deus, a forma como eu posso usar o nome “Gödel” se altera. De fato, agora eu posso dizer que Gödel tentou provar a existência de Deus. Eu posso inserir esse enunciado, por exemplo, numa discussão teológica, ou posso, em outro contexto, fazer uma objeção ao trabalho não-lógico de Gödel. As ocasiões em que eu uso o nome mudam de acordo com as crenças que eu passo a associar a ele. Essas associações certamente não têm uma relação direta com o fato do nome referir um certo objeto. Com efeito, eu posso associar uma porção de crenças a nomes ficcionais, e também posso ter crenças falsas sobre pessoas reais. Ao fazer essas associações eu estou apenas construindo mecanismos que me dão condições de usar o nome de formas que antes não eram possíveis. Não há nada de circular nisso.

O que parece é que Kripke realmente pressupõe que, quando alguém associa um conteúdo descritivo a um nome, seu principal interesse é usar esse conteúdo para identificar o referente do nome. Ele parece assumir que, para o descritivista, é sempre o conteúdo descritivo que determina o referente do nome. Scott Soames é categórico em dizer que Kripke assume isso (cf. SOAMES, 2005:



14). Segundo Soames, é por isso que Kripke vincula a visão descritivista sobre significado à visão descritivista sobre referência, presumindo que esta segue daquela. Essa também seria a razão de Kripke produzir vários argumentos contra as teorias descritivistas da referência e apenas um argumento específico contra a tese descritivista do significado dos nomes, a saber, o argumento da necessidade do significado. Faz sentido: se uma teoria descritivista em geral tem duas partes, uma que trata do significado e outra que trata da referência dos nomes próprios, e a segunda parte deriva da primeira, então argumentos contra a parte sobre referência refutam também a parte sobre significado.

O problema é que, na realidade, não há essa relação de implicação entre as duas partes. Há vários exemplos de teorias descritivistas do significado que não são teorias da referência. Como vimos, Kneale tem algo a dizer sobre o significado dos nomes, mas não é certo que ele tenha uma teoria da referência. Outrossim, a teoria de Russell sobre o valor cognitivo dos nomes próprios ordinários não redundava em uma explicação de como eles referem. Na verdade, Russell faz questão de ressaltar que eles não referem, já que a função referencial é prerrogativa dos nomes logicamente próprios. Da mesma forma, Katz tem uma teoria do significado de nomes próprios sobre a qual ele faz questão de apregoar que não é uma teoria da referência (cf. KATZ, 1986, 1990a, 1992, 1997 et al). E, de um modo geral, como fica claro da definição de *descriptivismo* dada no capítulo anterior, o descriptivismo não é de início uma posição sobre como nomes próprios referem. Ele é uma posição que se caracteriza pela afirmação de que nomes próprios têm um conteúdo descritivo.

A consequência disso é que quando Kripke argumenta contra as teses descritivistas que tratam da referência dos nomes próprios, ele deixa intactas as teses descritivistas que tratam do significado dos mesmos. Os argumentos em que ele usa a cláusula de não-circularidade, especificamente, não refutam o descriptivismo, mas apenas certas versões dele.

Vejam agora alguns outros pontos criticáveis da crítica de Kripke às teorias descritivistas. Vejam o que ele diz sobre a tese 1.

Como sabemos, Kripke considera que a tese 1 é correta por definição. Com efeito, ela diz apenas que quem usa um nome 'x' tem certas crenças do tipo  $\phi x$ . Não é dito nada nem sobre o significado nem sobre a referência do nome.

Pode-se mesmo sustentar que essa é uma tese muito fraca para ser tomada como uma das teses básicas do descritivismo. Ela seria na verdade uma consequência de uma tese mais forte que pode ser encontrada na teoria de Searle. A tese seria:

1'. A cada nome ou expressão designadora 'x' corresponde um *cluster* de propriedades  $\phi$ , tais que ' $\phi x$ ' é comumente tido como verdade;

Assim, 1' diz que as crenças do tipo  $\phi x$  são crenças comuns sobre x, são crenças compartilhadas por vários falantes. Parece ser isso que Searle quer expressar quando fala, por exemplo, das “propriedades comumente atribuídas a ele [Aristóteles]” (cf. SEARLE, 1958: 172). A tese 1 diz apenas que um indivíduo particular tem crenças do tipo  $\phi x$  a respeito de x, sem nenhuma restrição, o que é mais fraco e dá margem para que Kripke acuse os descritivistas de fechar os olhos para o fator social envolvido no emprego de nomes próprios.

De fato, quando se elimina da tese a ideia de que as crenças  $\phi x$  são crenças compartilhadas por um grande número de pessoas, abre-se caminho para a alegação de que o descritivismo despreza ou pelo menos subestima o caráter social do ato de nomear. Como vimos, essa é uma das críticas que Kripke faz ao descritivismo. Não obstante, não parece correto estendê-la a todas as teorias descritivistas. Searle certamente compreende a importância da comunidade na construção do sentido de um nome. Quando ele diz que para Aristóteles existir ele deve ter pelo uma das características que lhe são *comumente* atribuídas, ele mostra que uma pessoa isoladamente não pode determinar o que o nome “Aristóteles” vai referir. A consideração de enunciados históricos conhecidos sobre Aristóteles é imprescindível.

A crítica à tese 4 também requer algumas observações. Como vimos no capítulo anterior, essa crítica se baseia no exemplo do profeta Jonas. O exemplo mostraria que é possível que o referente de um nome 'x' exista mesmo deixando de satisfazer a maioria ou as mais relevantes das propriedades  $\phi$ . Com efeito, é possível acreditar que Jonas existiu mesmo que ele não tenha tido nenhuma das propriedades que a Bíblia diz que ele teve.

A questão que se pode levantar aqui é se isso é mesmo possível. Digamos que é possível. Então Jonas existiu e não tinha nada a ver com o Jonas

da história bíblica. A única coisa que ele tinha em comum com o personagem bíblico é o nome. Nesse ponto, sobrevém-me uma dúvida: esse Jonas podia ser um taifeiro de uma das caravelas de Cabral? Creio que qualquer pessoa sensata responderia que não. Efetivamente, a pessoa real que poderia ser Jonas mesmo sem ter feito nada do que a Bíblia diz que Jonas fez não pode ser qualquer pessoa chamada “Jonas”.

A verdade é que todo uso de um nome próprio tem que levar em conta determinados critérios de desambiguação. Quando alguém usa o nome “Jonas”, essa pessoa usa o nome de acordo com algum critério que lhe permite aplicar o nome a um indivíduo em particular. Ela não aplica o nome a qualquer um chamado “Jonas”. Da mesma forma, quando alguém em uma aula de filosofia clássica diz que Aristóteles existiu, essa pessoa provavelmente não está usando o nome para referir o Aristóteles de Hoboken (cf. capítulo 2, p. 61).

Na minha opinião, a única forma de dar um critério de desambiguação para esse nome é através de uma propriedade ou de um conjunto de propriedades que sejam suficientes para especificar seu escopo de aplicação. Se alguém diz que Jonas existiu mas não fez nada que a Bíblia diz que Jonas fez, essa pessoa ainda assim deve estar pensando em alguém que viveu nos tempos bíblicos. Possivelmente, está pensando também em alguém que viveu na mesma região que o personagem bíblico, talvez pense até em alguém que teve um pai chamado “Amitai”, e outras coisas do gênero. Em outras palavras, essa pessoa ainda pensa que o Jonas real teve algumas das propriedades que a Bíblia diz que Jonas teve. Se ela não associasse propriedade nenhuma ao nome “Jonas”, não haveria nenhuma razão para que ele não fosse o taifeiro de Cabral.

Dessa forma, não parece possível que Jonas tenha existido sem apresentar nenhuma das propriedades que a Bíblia diz que Jonas teve. É possível que alguém sem nenhuma dessas propriedades tenha existido (para falar a verdade, isso é certo), mas não é possível que essa pessoa tenha existido e que os comentadores da Bíblia consigam referi-lo ao dizer “Jonas existiu mas não fez nada do que a Bíblia diz que ele fez”. As propriedades dão um critério de uso definido para o nome “Jonas”, sem elas o nome “Jonas” não consegue referir nada e é tão inútil quanto uma placa de trânsito apagada.

É sintomático o modo como Kripke introduz o exemplo de Jonas. Ele diz que muitos comentadores da Bíblia acreditam que Jonas existiu, apesar de não

acreditarem que ele fez o que a Bíblia diz que ele fez. Pode-se indagar: por que Kripke fala dos comentadores da Bíblia e não dos comentadores de Caminha? É porque o Jonas real dos comentadores da Bíblia deve ter alguma relação com o personagem bíblico; o Jonas dos comentadores de Caminha não tem relação nenhuma com o dito personagem. Os comentadores da Bíblia precisam que haja uma relação desse tipo para poderem contestar a história de Jonas. De alguma forma, eles ainda precisam estar falando da mesma pessoa da história para poder dizer “esse indivíduo não fez essas coisas”. Se os comentadores de Caminha dissessem a mesma coisa em relação ao taifeiro, nossa reação seria de estranheza. Nós poderíamos responder que eles não podem fazer essa contestação pois não estão falando da mesma pessoa da história. Dessa forma, vemos que o Jonas real não pode ser totalmente desconectado do personagem bíblico; os dois precisam ter alguma propriedade em comum.

É bom observar que uma única propriedade pode ser suficiente. Alguém que diz que Jonas existiu mas não fez nada do que a Bíblia diz que Jonas fez pode na verdade estar dizendo que existiu um Jonas, filho de Amitai, mas, fora sua filiação, essa pessoa não teve mais nada em comum com o personagem bíblico. Para que o Jonas real tenha uma relação com o personagem da história não é preciso que ele tenha a maioria (ou as mais relevantes) das propriedades comumente atribuídas ao personagem. Uma propriedade identificadora já basta. É preciso chamar a atenção para o fato de que a tese 4 não é uma tese de Searle, embora ela lembre uma tese searliana. O que Searle diz é que, se o indivíduo x não tem nenhuma das características comumente atribuídas a x, esse indivíduo não é x (cf. SEARLE, 1958: 172; a propósito de Aristóteles).

De qualquer forma, o que se pode concluir disso tudo é que a crítica de Kripke à tese 4 é problemática. Sua crítica é baseada no exemplo de alguém que existe, mas não satisfaz as propriedades comumente atribuídas a ele. Como foi mostrado, não é possível que essa pessoa exista e não tenha nenhuma das propriedades comumente atribuídas a ela. De fato, em *Proper Names*, já com o exemplo do Aristóteles de Hoboken, Searle deixa claro que dizer que alguém existe implica em pressupor que essa pessoa tem certas características.

Esses são os comentários que desejava fazer sobre a parte crítica de *Naming and Necessity*. Agora falta analisar a parte positiva, a explicação causal da determinação da referência. Há três problemas principais que vejo nessa

explicação: o problema da mudança de referência, o problema do critério de desambiguação e o problema de nomes próprios em contexto epistêmico.

Ao apresentar a noção de cadeia causal de comunicação, Kripke queria explicar o modo como a referência de um nome próprio não é fixada. A explicação de grande parte dos descritivistas era dizer que nomes próprios referiam da mesma forma que descrições definidas. Apesar de um nome próprio não apresentar a estrutura de uma descrição definida, eles, como elas, também deveriam ter um conteúdo descritivo. Esse conteúdo descritivo conseguiria capturar e, por conseguinte, determinar a referência do nome. Isso, por todas as razões que nos são apresentadas em *Naming and Necessity*, Kripke não podia aceitar. Uma explicação causalista, então, era a alternativa. A noção de cadeia causal de comunicação possibilitaria a explicação do fenômeno da referência sem que fosse preciso assumir que os nomes próprios têm um conteúdo descritivo.

Mas de que forma a noção de cadeia causal possibilitaria isso? De que forma, por exemplo, ela poderia ser usada para explicar o fato de eu referir Gandhi quando uso o nome “Gandhi”? A resposta de Kripke seria mais ou menos a seguinte: eu uso o nome “Gandhi” da mesma forma que a pessoa da qual eu aprendi o nome. Essa pessoa, por sua vez, usa o nome da mesma forma que a pessoa que lho ensinou. Esta pessoa faz a mesma coisa, e seu instrutor, e o instrutor dele, e assim por diante, até chegar à primeira pessoa da cadeia, que foi a pessoa que começou a chamar Gandhi de “Gandhi”. Como todos usam o nome como seus instrutores, todos usam o nome como esta primeira pessoa, a saber, como um designador de Gandhi. Vê-se assim que, quando uso o nome “Gandhi”, eu consigo referir Gandhi sem precisar associar nenhum conteúdo descritivo com o nome. O nome vai direto pela cadeia causal e atinge sua referência. Por isso mesmo é que a explicação causalista também é chamada de “teoria da referência direta”.

Note que “usar o nome da mesma forma que” significa “usar o nome com a mesma referência que”. O que garante que eu uso o nome com a mesma referência que meu instrutor? Kripke não esclarece isso. O que ele diz é que eu devo ter a intenção de referir a mesma coisa que meu instrutor (KRIPKE, 1980: 95). É claro que às vezes alguém pode ter a intenção certa e não fazer a coisa certa. Isso pode acontecer na cadeia causal. Com efeito, quando Marco Pólo

aprendeu o nome “Madagascar”, sua intenção era usar o nome com a mesma referência dos nativos de quem ele o ouviu pela primeira vez. Infelizmente, ele referiu outra coisa, ele referiu a ilha que até hoje conhecemos pelo nome de “Madagascar”. Dessa forma, Marco Pólo conseguiu romper a cadeia causal e mudar a referência do nome.

Nesse ponto, pode surgir uma dúvida: qual afinal é a referência de “Madagascar”, a de Marco Pólo, ou a dos nativos africanos? Kripke afirma que “no caso de ‘Madagascar’, este caráter social dita que a presente intenção de referir uma ilha se sobrepõe ao distante liame do uso nativo” (KRIPKE, 1980: 163). Em outras palavras, dada a popularização do uso de Marco Pólo, deve-se admitir que “Madagascar” refere a ilha. Essa, porém, parece uma justificativa *ad hoc* para uma falha na cadeia causal. Tanto é assim que o próprio Kripke admite que a questão merece um aprofundamento posterior.

É bom observar também que a mudança devida a Marco Pólo foi involuntária, mas é possível pensar em casos em que a mudança é proposital. Imagine, por exemplo, que o indivíduo que chamamos de “Gödel”, era mesmo um impostor que roubou os teoremas de outra pessoa. E ele fez ainda pior do que no exemplo de Kripke. Ele descobriu que tinha uma extraordinária semelhança com um desconhecido, solitário e genial lógico chamado “Gödel”. Como não tinha nenhum escrúpulo, ele deu um jeito de se livrar do pobre Gödel e assumiu sua identidade sem que ninguém percebesse. A partir daí, ele passou a publicar os trabalhos do sócia, começou a receber homenagens e a ficar famoso. As pessoas que o conheciam, todas obviamente o chamavam de “Gödel”, e foram elas que divulgaram esse uso do nome, e o fizeram de tal forma que nós, os últimos membros da cadeia causal de comunicação, com o nome “Gödel” referimos a mesma pessoa que eles referiam. Nesse ponto, chegamos a uma questão crucial. Supondo que a história fosse verdadeira, o que se pode dizer sobre o nome “Gödel”? Ele refere o impostor ou o Gödel original? Se for para seguir o exemplo de “Madagascar”, então “Gödel” referirá o impostor, pois a verdade é que a mudança de referência gerada pelo desvio na cadeia causal adquiriu um ‘caráter social’. Nesse caso, teremos uma curiosa situação: o nome “Gödel” refere o impostor, mas não é o nome do impostor. A propósito, eu não posso deixar de mencionar que o nome do impostor era “Schmidt”.

Imposturas à parte, o fato é que a mudança de referência pode ser mais comum do que se supõe. Mas a possibilidade de mudança não é o problema. Ela pode até ser vista como uma indicação de que a explicação causalista valoriza o papel da comunidade na determinação da referência de um nome. A comunidade teria o poder para validar mudanças de referência. O grande problema é que a explicação causalista não apresenta critérios para dizer em que casos uma mudança de referência deve ser validada, e em que casos ela deve ser desautorizada. Pode-se sugerir que mudanças propositais não deveriam ser permitidas. Nesse caso, “Gödel” teria que continuar referindo o lógico, mesmo que a cadeia causal de comunicação não chegue mais nele. Esse, com certeza, não é um critério livre de controvérsias, mas é um critério. De qualquer forma, é responsabilidade dos causalistas propor seus critérios.

Um outro problema é o do critério de desambiguação. Esse problema aparece no argumento kripkiano contra a tese 4. Um nome *n* pode se aplicar a diferentes objetos, mas, a cada vez que ele é usado, o falante refere apenas um objeto. Por exemplo, quando os comentaristas da Bíblia usam o nome “Jonas”, eles referem alguém que tem alguma relação com o Jonas bíblico, e não um taifeiro. Quando um falante numa aula de filosofia antiga usa o nome “Aristóteles”, muito provavelmente ele estará referindo o mestre de Alexandre Magno e não o Aristóteles de Hoboken. Como é possível que o nome apresente essa seletividade?

O descritivista pode explicar esse fato dizendo que, cada vez que o falante usa um nome *n*, ele associa a *n* um certo conteúdo descritivo. Com isso, o descritivista consegue um critério de desambiguação. O critério é este: em dado uso do nome *n*, a referência que devemos escolher para *n* é o objeto que se relaciona mais de perto com o conteúdo associado ao nome na ocasião. É verdade que a referência escolhida nem sempre será a verdadeira referência de *n*. É isto que Kripke mostra em seu argumento contra a tese 3. De qualquer forma, o critério descritivista serve como critério de desambiguação.

O problema do causalismo de Kripke é que ele não oferece critério de desambiguação nenhum. A noção de cadeia causal não nos dá nada que possa ser usado para definir o escopo de aplicação do nome. Tome-se, por exemplo, o nome “Sócrates”. No meu uso desse nome eu posso recorrer a duas cadeias causais diferentes, uma que termina em um filósofo e outra que termina em um jogador de

futebol. Como eu escolho entre as duas? O causalismo não oferece nenhuma resposta para essa pergunta. Isso é algo que Jerrold Katz observa na seção 5 de seu artigo *Names Without Bearers*, de 1994.

Uma terceira dificuldade para a explicação causalista de Kripke é que existem questões que ela não explicaria tão bem quanto o descritivismo. A questão do uso de nomes próprios em contexto epistêmico é a mais destacada delas. Enquanto as teorias descritivistas têm recursos para lidar com enigmas sobre nomes em contexto epistêmico, os causalistas estão desguarnecidos nesse ponto.

Vejamos um exemplo de enigma sobre nomes em contexto epistêmico:

1. “Todos sabem que *Hesperus* é *Hesperus*”
2. “Todos sabem que *Hesperus* é *Phosphorus*”

O enunciado 1 é um enunciado verdadeiro <sup>2</sup>, o 2 não é. Acontece que *Hesperus* e *Phosphorus* têm a mesma referência, como se explica então que os dois enunciados tenham valores de verdade diferentes? Um descritivista poderia explicar a diferença entre 1 e 2 dizendo que, embora *Hesperus* e *Phosphorus* tenham a mesma referência, eles têm conteúdos descritivos diferentes. Isso produziria a diferença no valor de verdade dos enunciados. O causalista já não tem esse recurso.

É curioso que, em seu artigo *A Puzzle About Belief*, de 1979, em que trata do problema de nomes em contexto epistêmico, Kripke não tenta corrigir essa deficiência do causalismo. O que ele faz é tentar mostrar que o recurso do descritivista não é tão sensacional assim. Segundo Kripke, há enigmas envolvendo nomes próprios em contexto epistêmico que a análise descritivista não consegue desvendar. Ele mesmo propõe enigmas assim. O enigma, que ficou conhecido como *o enigma de Kripke*, é apresentado da seguinte forma: suponha que um

---

<sup>2</sup> O enunciado 1 é mais controverso do que parece à primeira vista. Com efeito, perguntei ao meu irmão se ele sabia que *Hesperus* é *Hesperus* e ele respondeu: “O que é isso?”, e acredito que muita gente que não conhece o significado da palavra “*Hesperus*” teria uma reação semelhante. Assim, é possível se questionar sobre a verdade do enunciado 1, é possível argumentar que uma pessoa só sabe que *Hesperus* é *Hesperus* se ela souber o significado de “*Hesperus*”. Apesar dessa possibilidade, para não complicar demais as coisas, vou manter que o enunciado 1 é verdadeiro.



francês chamado “Pierre” que não conhece nada de inglês vê uma foto de uma cidade e na foto está escrito o nome “Londres”. Encantado, ele diz: “Londres est jolie”.

Depois de um tempo Pierre se muda para Londres sem saber que se trata da mesma cidade que ele vira na foto. Lá, infelizmente, suas impressões não são das melhores e, usando o inglês que ele aprendeu depois que chegou à Inglaterra, ele diz: “London is not pretty”.

Com isso, surge uma situação parecida com aquela envolvendo 1 e 2. Dessa vez temos os seguintes enunciados:

3. “Pierre crê que *Londres est jolie*”
4. “Pierre crê que *London is pretty*”

Nessa situação também temos que admitir que o primeiro enunciado é verdadeiro, enquanto o segundo é falso. E, nesse caso, além dos enunciados envolverem termos correferenciais, eles são sinônimos, bem como os nomes “Londres” e “London”. Dessa forma, a distinção entre os valores de verdade não pode ser explicada como uma consequência da distinção dos conteúdos descritivos dos nomes. Esse é, portanto, um enigma que não se pode resolver com base em uma análise descritivista de nomes próprios.

Kripke argumenta que esse enigma sobre as crenças de Pierre se apoia nos dois princípios abaixo (considere que A é um falante de uma linguagem L e “p” é uma sentença de L):

Princípio descitacional<sup>3</sup>: se A diz “p” sinceramente, A crê que p.

Princípio da tradução: se p é uma verdade em L, qualquer tradução de “p” para uma outra linguagem L’ é uma verdade em L’.

Como os dois princípios parecem válidos, o enigma pode parecer desafiador.

---

<sup>3</sup> O nome do princípio em inglês é “disquotational principle”. A tradução usando um neologismo foi sugestão do professor Chateaubriand.

O que é um tanto frustrante com relação ao enigma é que ele na verdade não embasa qualquer argumento antidescritivista. Ele não embasa nem mesmo um argumento a favor do causalismo. O que ele mostra é que há situações em que o descritivismo é tão impotente quanto o causalismo para explicar enigmas envolvendo nomes em contexto epistêmico. Isso, porém, não significa que não haja situações em que o descritivismo se sai melhor que o causalismo. A situação envolvendo os enunciados 1 e 2 notoriamente é uma delas.

De qualquer forma, o enigma pode ser facilmente explicado. O que acontece é que o princípio da tradução não é válido para qualquer sentença “p”. Se “p” expressa uma atitude epistêmica, o princípio pode falhar. Suponha, por exemplo, que “p” é “Pierre knows he lives in London”. Uma tradução dessa frase para o francês diz que “Pierre sait qu’il vit à Londres”. Uma vez que Pierre não sabe que Londres é London, o primeiro enunciado é verdadeiro e o segundo é falso. Se houver alguma dúvida sobre os valores de verdade dos enunciados, podemos perguntar a opinião de Pierre, afinal ninguém melhor do que ele para dizer o que ele sabe ou deixa de saber. Se fizermos isso, Pierre certamente responderá que o primeiro enunciado é verdadeiro e o segundo é falso. Dada essa disparidade de valores de verdade, fica claro que o princípio da tradução não é irrestritamente válido.

Em *A Puzzle About Belief*, Kripke cita ainda o enigma de Paderewski. No entanto, como no caso do enigma de Pierre, ele não constitui um argumento contra o descritivismo. Em virtude disso, não vou comentá-lo aqui.

Seria ainda possível falar de outras deficiências da explicação causalista de nomes próprios proposta por Kripke. Mas esse não seria necessariamente um empreendimento notável. Algumas dessas deficiências são evidentes. O próprio Kripke menciona várias delas. Com efeito, é em parte pelo fato de não poder explicar certos casos e não poder descrever mais detalhadamente o que acontece no processo de transmissão do nome que ele afirma que sua explicação não pode ser considerada uma teoria. De todo modo, ele considera que é um quadro melhor do que o pintado pelo descritivista (cf. KRIPKE, 1980: 97).

É verdade que o causalismo evoluiu desde sua instituição em *Naming and Necessity*. Ele é hoje certamente muito mais robusto e resistente a críticas. De qualquer forma, ele permanece essencialmente ligado ao externalismo, e isso pode

ser considerado o seu pecado original. É em razão dessa ligação que os causalistas, em sua investigação sobre o uso dos nomes próprios, em geral ignoram o fato de que quando usamos nomes próprios há certos processos mentais ocorrendo em nós que nos permitem fazer esse uso. Atentar para esse fato, na minha opinião, seria a primeira coisa que o causalista deveria fazer para sanar as deficiências da sua explicação.

### 3.2. Limitações do descritivismo

Como já foi visto, a definição de *descriptivismo* dada no capítulo anterior não implica nenhuma tese sobre como os nomes próprios referem. Nesse sentido, o descritivismo é basicamente uma posição antimillianista, ou seja, a tese fundamental dos descritivistas é a tese de que nomes próprios têm um conteúdo descritivo. De todo modo, a verdade é que a maioria das teorias descritivistas são também teorias da referência. Essa utilização do descritivismo em teorias da referência é o que o torna mais vulnerável a críticas. Com efeito, as críticas de Kripke que atingem o descritivismo, atingem-no exatamente através das teorias da referência que o incorporam. As críticas kripkianas às teses 2 e 3 atacam os dois pontos mais frágeis dessas teorias, a saber, a ideia de que o conteúdo descritivo do nome identifica um indivíduo univocamente e a ideia de que o indivíduo que satisfaz o conteúdo descritivo do nome é seu referente.

O primeiro problema aparentemente tem a ver com o fato de alguns descritivistas terem tentado dar um tratamento matemático ao problema dos nomes próprios. Os primeiros analíticos gostavam de pensar na linguagem como algo que, pelo menos em parte, possui propriedades matemáticas. Era comum pensar nas relações entre a linguagem e o mundo em termos de funções. Isso fica muito claro quando Frege introduz sua noção de sentido. O sentido de uma expressão se relaciona sempre com uma única entidade, seja ela um objeto ou um conceito. É o sentido que liga o sinal à sua referência e faz isso univocamente, de modo que o sentido pode ser visto como fazendo as vezes de uma função. Sobre o modo como o sentido liga um sinal e sua denotação, Frege escreve:

A conexão regular entre um sinal, seu sentido, e seu referente é de uma tal espécie que ao sinal corresponde um sentido definido e a este, por sua vez,

um referente definido, enquanto a um dado referente (um objeto) não pertence apenas um único sinal (FREGE, 1948: 211).

O sentido dos nomes próprios, porém, tem uma peculiaridade. São os falantes que associam um sentido com o nome. Ainda assim, o sentido associado deve ser o sentido de uma descrição definida. Isso garante que o sentido do nome selecionará um único referente para o nome.

Essa exigência fregiana de que o sentido deve garantir univocidade foi preservada por grande parte dos descritivistas posteriores. Mesmo Russell, que rejeitava a noção de sentido, aceitava que o pensamento que alguém tem quando usa um nome próprio só pode ser expresso por uma descrição definida (RUSSELL, 1910-11: 114).

Isso, Kripke mostra corretamente que não é verdade. Quando alguém usa o nome Feinman, por exemplo, pode ser que a única crença que essa pessoa tenha seja que Feinman foi um físico famoso. Isso acontece com muitos nomes que usamos; é um fato comum. É admirável como os descritivistas não viram isso antes de Kripke.

O segundo problema do descritivismo é ainda mais grave. O problema aqui é que descrições definidas não servem, em geral <sup>4</sup>, para fixar a referência de um nome. O exemplo do Gödel impostor evidencia isso. Mesmo se tentássemos fixar a referência de “Gödel” através de um *cluster* de propriedades, poderia acontecer que o Gödel real não tivesse nenhuma delas. A verdade é que a referência de “Gödel”, como Kripke argumenta, é fixada pelas pessoas que batizaram Gödel com esse nome. Gödel não é o indivíduo que se ajusta às nossas descrições, é alguém cuja história correu independentemente de tudo que hoje dizemos dele. Se ocorre de alguns fatos dessa história corresponderem aos enunciados que declaramos sobre Gödel, isso é puramente contingente.

Destarte, se uma teoria descritivista da referência pretende mesmo mostrar que a referência dos nomes próprios é fixada através de descrições definidas, essa teoria está fadada ao fracasso. É possível, no entanto, que uma teoria descritivista da referência tenha outra pretensão. Ela pode pretender simplesmente explicar como fazemos para usar um nome referencialmente. Usar

---

<sup>4</sup> Como o próprio Kripke admite, algumas descrições definidas são usadas para fixar a referência de nomes próprios. A referência do nome “Netuno”, por exemplo, foi fixada por uma descrição definida.

um nome referencialmente é apenas usá-lo para referir algo que cremos ser seu referente usual. Isso não significa usar o nome para referir seu verdadeiro referente. É possível usar um nome referencialmente e não referir o objeto que foi fixado como referente do nome. De fato, quando uso o nome “Gödel” eu quero mesmo referir o homem que provou a incompletude da aritmética, só não sei se esse homem é o verdadeiro referente do nome. Vê-se assim que uma teoria descritivista da referência pode dizer algo sobre como usamos um nome referencialmente. Se ela pretender dizer mais do que isso, falando mais claramente, se ela pretender que descrições definidas fixam em geral a referência dos nomes próprios, então estará laborando em erro.

Esses são os principais problemas com o descritivismo. Ambos surgem quando o descritivista emprega suas intuições antimillianistas para explicar como os referentes dos nomes próprios são determinados. Tais intuições não se prestam a esse serviço, embora possam ser aplicadas para esclarecer alguns aspectos do uso referencial de nomes.

De qualquer forma, a verdade é que o descritivismo é muito mais bem sucedido quando se mantém como antimillianismo puro. A única crítica contra essa versão pura do descritivismo seria o argumento da necessidade do significado, mas, como vimos anteriormente, o argumento fracassa em seu intento. Não há dúvida de que as teorias clássicas, mesmo quando se limitam a falar do significado dos nomes, apresentam explicações ainda muito rudimentares de como nomes se ligam a conteúdos descritivos. O emprego de certas noções internalistas advindas da ciência cognitiva poderia dar a sofisticação necessária de que essas teorias carecem. No próximo capítulo, conheceremos algumas dessas noções.

### **3.3. O desafio dos nomes próprios vácuos**

Como vimos no capítulo anterior, muitos dos filósofos que participaram da discussão clássica sobre nomes próprios fizeram afirmações que parecem indicar que eles acreditavam que nomes servem essencialmente para referir as coisas do mundo. Acontece que há muitas palavras na linguagem que gostaríamos de chamar de nomes próprios e que não referem nada. Trata-se dos nomes próprios vácuos. Esse tipo especial de nome, como era de se esperar, causa certos

problemas para o filósofo que vê na função referencial de um nome próprio sua principal função. De fato, ele causa embaraços principalmente para os causalistas. A principal dificuldade do causalista está em analisar a significância dos enunciados que contêm ocorrências desses nomes. Tais enunciados são significativos ou não?

Descritivistas, em geral, têm mais desenvoltura com questões concernentes aos nomes próprios vácuos. Embora tais nomes não tenham denotação, eles ainda podem ter um conteúdo descritivo. Frege, por exemplo, argumenta que um nome como “Odisseu” tem um sentido, embora provavelmente não tenha um referente. Conseqüentemente, uma sentença contendo o nome “Odisseu”, terá plena condição de expressar um pensamento. Ela só não terá uma denotação, vale dizer, um valor de verdade. Com efeito, Frege afirma que:

A sentença “Odisseu foi desembarcado em Ítaca profundamente adormecido” obviamente tem um sentido. Mas como é duvidoso que o nome “Odisseu” que ocorre nela tenha um referente, é igualmente duvidoso que a sentença toda tenha um (FREGE, 1948: 215).

Além de ter recursos para lidar com nomes próprios vácuos, Frege demonstrava ter uma grande clareza sobre o fato de que a importância da função referencial dos nomes próprios é relativa. Em um trecho particularmente inspirado de *Sense and Reference*, ele afirma que só precisamos que nomes próprios tenham um referente quando estamos interessados na verdade das sentenças em que eles ocorrem. Em muitos casos a verdade não é importante, e tampouco o é o fato de um nome ter referência ou não. Segundo Frege:

Ao ouvir um poema épico, por exemplo, afóra a eufonia da linguagem nós estamos interessados somente no sentido das sentenças e nas imagens e sentimentos provocados por elas. A questão da verdade nos levaria a abandonar o deleite estético por uma atitude de investigação científica. Por isso não nos importa se o nome “Odisseu”, por exemplo, tem um referente, na medida em que aceitamos o poema como uma obra de arte (FREGE, 1948: 215-6).

Dessa forma, Frege admite que a exigência de que um nome próprio deve desempenhar uma função referencial está atrelada à exigência de que o discurso em que ele é usado deve ter um valor de verdade, ou seja, à exigência de

que esse discurso fale do mundo. Se esta última exigência é dispensada, o mesmo acontece com a primeira.

O que salta aos olhos no caso de Frege é a forma fácil e intuitiva como ele lida com a questão dos nomes próprios vácuos. Nunca é demais ressaltar que essa sua facilidade de tratar do assunto é consequência de sua visão descritivista dos nomes.

A análise que Russell faz de enunciados com ocorrências de nomes próprios vácuos também só é possível graças ao seu descritivismo. Como vimos no capítulo anterior, para Russell, nomes próprios ordinários são na verdade descrições definidas disfarçadas<sup>5</sup>. Acontece que nomes vácuos também são nomes próprios ordinários e, portanto, também devem ser tratados como descrições definidas. Dessa forma, uma sentença contendo um nome próprio vácuo deve ser analisada como uma sentença que apresentasse uma descrição definida no lugar do nome. Em *On Denoting*, por exemplo, Russell afirma o seguinte:

Uma proposição sobre Apolo significa o que nós apreendemos quando substituímos [o nome] pelo que o dicionário clássico nos diz que é o significado de Apolo [sic], digamos “o deus-sol”. Todas as proposições em que Apolo [sic] ocorre devem ser interpretadas pelas regras dadas acima para expressões denotativas (RUSSELL, 1905: 491).

Com isso, é possível mostrar que enunciados contendo nomes próprios vácuos têm não somente significado, mas também valor de verdade. Por exemplo, o enunciado “Apolo não existe”, a despeito do nome “Apolo” não referir nada, é ao mesmo tempo significativo e verdadeiro. Pela análise de Russell, quando alguém profere esse enunciado, essa pessoa está dizendo algo como “o deus grego da verdade não existe”. E aparentemente ninguém tem nenhuma dificuldade em admitir que esse enunciado é verdadeiro (a não ser alguém que faça parte de algum culto apolíneo moderno que eu desconheço).

Para Russell, essa solução era perfeita. Ela tinha a dupla vantagem de evitar a solução de Frege, que profanava o princípio da bivalência ao admitir que enunciados com ocorrência de nomes vácuos não são nem verdadeiros nem falsos, e também a solução de Meinong, que resolvia o problema postulando um referente

---

<sup>5</sup> É verdade que ele diz também que às vezes eles podem ser usados como nomes genuínos (cf. RUSSELL, 1985: 107-8; a propósito da sentença “Scott é Sir Walter”).

para todo e qualquer nome, mesmo que esse referente fosse uma entidade não existente.

Não é certo, porém, que a explicação russelliana seja assim tão perfeita. Há quem encontre nela alguns pontos controversos e até mesmo algumas contradições. De todo modo, ela tem o mérito de reconhecer que enunciados que incluem nomes próprios vácuos podem ser significativos.

Os causalistas, por outro lado, não podem reconhecer isso. O primeiro dogma causalista é o que declara que nomes próprios não têm um conteúdo descritivo. Por conseguinte, o único significado possível de um nome próprio é seu referente. Se um nome não tem um referente, ele não tem significado nenhum. Semelhantemente, se um enunciado contém um nome próprio vácuo, então esse enunciado, a princípio, deve ser destituído de significado.

Alguns causalistas, no entanto, argumentam que não é bem assim. Alguns enunciados contendo nomes próprios vácuos, como “Apolo não existiu”, por exemplo, seriam não só significativos como verdadeiros. Keith Donnellan é um desses causalistas. Em seu artigo *Speaking of Nothing*, de 1974, ele procura explicar como isso é possível. Como veremos, uma das noções fundamentais dessa explicação é a noção de *bloqueio*. Ele recorre a essa noção para definir uma regra que dá as condições de verdade de um enunciado do tipo “n não existe”. Vejamos como ele chega até aí.

A primeira coisa que Donnellan faz em seu artigo é distinguir três tipos de enunciados em que podem ocorrer nomes próprios: 1. enunciados do discurso ficcional (e.g. “Frodo era sobrinho de Bilbo”, “O Curupira tem os pés virados para trás” etc); 2. enunciados predicativos do discurso sobre a realidade (e.g., “Sócrates era careca”, “Hermes Trismegisto foi o primeiro filósofo” etc); e 3. enunciados de existência do discurso sobre a realidade (e.g., “Sócrates existiu”, “Hermes Trismegisto não existiu” etc). Donnellan passa então a fazer uma análise das condições de verdade desses enunciados, mostrando que as condições são diferentes para cada tipo.

No caso de enunciados do tipo 1, é preciso fazer uma distinção. Quando esses enunciados são usados estritamente no discurso sobre ficção, eles podem ser considerados significativos, e mesmo verdadeiros se eles estão de acordo com determinada estória, mito, ou lenda. De fato, no começo do artigo, Donnellan diz o seguinte:



Eu acredito, por exemplo, que dito com a intenção correta, as seguintes sentenças expressariam proposições verdadeiras: “o carro do *Green Hornet* se chamava ‘Beleza Negra’”, “Branca de Neve viveu com sete anões”, e “para alcançar o mundo dos mortos, era preciso cruzar o Rio Estige” (por “intenção correta” eu significo que o falante deseja que entendam que ele está falando sobre ficção, mitologia, ou lenda) (DONNELLAN, 1974: 5).

Por outro lado, se o falante quiser falar sobre a realidade usando tais enunciados, eles deixam de ser significativos. Por exemplo, segundo Donnellan, quando uma criança diz “Papai Noel virá à noite”, ela não está expressando uma proposição. O que ela está dizendo não é significativo. Segundo ele, o proferimento não é significativo porque não há um modo de representar a proposição que supostamente estaria sendo expressa (cf. DONNELLAN, 1974: 20-1) <sup>6</sup>.

Donnellan não se detém por muito tempo nesse primeiro caso, e por isso mesmo deixa algumas questões sem resposta aqui. Ele não explica, por exemplo, o fato de podermos entender o que a criança diz sobre Papai Noel, como também o fato de podermos traduzir isso para outras línguas. Sob a luz desses fatos, a afirmação de que a criança não expressa uma proposição parece implausível. De todo modo, Donnellan admite que a análise de enunciados de ficção merece mais aprofundamento. Ele não a aprofunda porque deseja dar prioridade a outro caso.

O caso em que ele está mais interessado é o terceiro, que ele considera filosoficamente mais interessante. Mas, para poder analisar satisfatoriamente esse caso, ele precisa fazer algumas considerações sobre o caso dos enunciados do tipo 2.

Para esclarecer as condições de verdade de enunciados do tipo 2, Donnellan apela para uma noção de *explicação histórica*. A explicação histórica donnellaniana é similar à cadeia causal de Kripke. A nota 3 de *Speaking of Nothing* informa que a principal razão para Donnellan preferir outro nome é para não dar a impressão de que todas as ligações na cadeia referencial são causais. De todo modo, a ideia é que um nome próprio refere um certo objeto se ele está ligado ao objeto por uma explicação histórica, ou seja, se há uma história de como

---

<sup>6</sup> Katz faz um comentário sobre essa justificativa de Donnellan dizendo que só não há um modo de representar a proposição na posição millianista (cf. KATZ, 1994: seção 6).

o nome foi passado desde a primeira pessoa que o usou até a pessoa que o usa no presente. Não é preciso que essa história seja conhecida em todas as suas partes pelos usuários do nome. Basta que ela seja tal que um observador onisciente poderia conhecê-la por completo e ver que o nome efetivamente está ligado a tal objeto.

Com base nisso, Donnellan dá a seguinte explicação para as condições de verdade dos enunciados do tipo 2:

[...] quando um falante diz algo da forma “N é  $\phi$ ”, onde “N” é um nome e “ $\phi$ ” um predicado, nós podemos dizer em geral que as condições de verdade terão a seguinte forma. O que o falante disse será verdadeiro se e somente se (a) há alguma entidade relacionada de forma apropriada a seu uso de “N” nessa sentença – isto é, ele referiu alguma entidade, e (b) esta entidade tem a propriedade designada por  $\phi$  (DONNELLAN, 1974: 15).

Quando Donnellan fala que uma entidade deve estar relacionada de uma forma apropriada com dado uso de “N”, ele quer dizer que essa entidade deve estar relacionada a esse uso de “N” através de uma explicação histórica. Se isso não acontecer, o nome “N” não referirá e, segundo Donnellan, o enunciado em que ele aparece não terá significado. Vê-se, assim, que (a) é uma condição de significância dos enunciados do tipo 2. Uma vez que o enunciado satisfaça essa condição, restar-lhe-á satisfazer a condição (b). Se ele o fizer, será verdadeiro, senão será falso.

Mais uma vez aqui, seria possível questionar o critério de significância de Donnellan. Por exemplo, se um falante diz “Adão comeu o fruto proibido”, mesmo que não haja nenhuma entidade historicamente relacionada ao uso que o falante faz do nome “Adão”, o seu enunciado parece perfeitamente significativo. Mas antes de levantarmos mais alguma suspeita contra as intuições de Donnellan, vejamos como ele as utiliza para analisar o caso dos enunciados do tipo 3.

A grande questão de Donnellan em *Speaking of Nothing* é explicar o que acontece com enunciados verdadeiros do tipo “S não existe”. Ele admite que tais enunciados são significativos e que muitos deles são verdadeiros. Acontece que a verdade de um tal enunciado implica que S não existe. Como se explica que possamos dizer uma verdade sobre algo que não existe? É certo que podemos dizer uma verdade sobre uma ficção se nos limitamos ao discurso ficcional, mas

aqui se trata de enunciados proferidos no contexto do discurso sobre a realidade. Tais enunciados asseveram que S não existe na realidade e, portanto, são verdadeiros quando S não existe.

Para superar essa dificuldade, Donnellan adota a seguinte estratégia:

Em primeiro lugar, ele sugere que, em enunciados do tipo “S não existe”, “S” não é usado referencialmente. Isso significa que a verdade do enunciado não depende da existência de S. Depende de outros fatos que são apontados depois.

Em segundo lugar, ele introduz a noção de *bloqueio*. Donnellan demonstra que a história do uso de um nome pode terminar antes de chegar ao referente do nome. Por exemplo, a história do uso do nome “Papai Noel” em geral termina numa mentira que os pais contam aos filhos; não chega a nenhum indivíduo real que possa legitimamente ser tomado como o referente do nome. Partindo desse caso, Donnellan define o que é um bloqueio:

Quando a explicação histórica do uso de um nome (com a intenção de referir) termina deste modo com eventos que impossibilitam a identificação de qualquer referente, eu os chamarei um “bloqueio” na história. Neste exemplo, o bloqueio é a introdução do nome na fala da criança através de uma ficção dita a ela por seus pais como se fosse realidade (DONNELLAN, 1974: 23).

Com base nessa noção de *bloqueio*, Donnellan dá seu terceiro e decisivo passo para solucionar a questão dos enunciados existenciais. O que ele faz então é propor uma regra que define as condições de verdade de tais enunciados. A regra, que ele chama de (R), é a seguinte:

Se N é um nome próprio que tem sido usado em enunciados predicativos com a intenção de referir algum indivíduo, então “N não existe” é verdadeira se e somente se a história daqueles usos termina em um bloqueio (Idem, ibidem: 25).

Dessa forma, a regra estabelece que a verdade de enunciados existenciais depende do que acontece com outros enunciados. Por exemplo, quando a criança diz “Papai Noel vem à noite”, o uso do nome “Papai Noel” em seu enunciado termina em um bloqueio. É isso que torna o enunciado “Papai Noel não existe” verdadeiro. Essa é, em termos gerais, a solução de Donnellan para o problema da verdade dos existenciais negativos.

Donnellan aponta várias vantagens da sua solução. A maior delas seria o fato de se manter fiel aos preceitos da teoria da explicação histórica. Isso seria uma demonstração de que o causalismo tem condições de explicar o fenômeno dos nomes próprios vácuos e da verdade dos existenciais negativos em que esses nomes aparecem.

A meu ver, entretanto, a solução de Donnellan é uma solução descritivista disfarçada de causalista. De fato, ele só pode propor a regra (R) como a regra que dá as condições de verdade de enunciados existenciais porque ele considera que em tais enunciados, o nome próprio não é usado referencialmente, mas tem outra função. Donnellan providencialmente não esclarece que função é essa, mas tudo indica que ele considera que em tais casos nomes funcionam como anáforas. Em outras palavras, em enunciados do tipo “N não existe”, “N” serviria como uma abreviação de “o N mencionado em tais e tais enunciados”. Ora, se é assim que nomes próprios funcionam em enunciados existenciais, então, em tais casos, nomes têm um conteúdo descritivo. Se não é assim que eles são usados, então sua função nesses casos permanece um mistério, e a explicação de Donnellan não será convincente enquanto esse mistério não for elucidado.

A regra (R) ainda pode ser questionada de outra forma. Deve-se notar que (R) pode ser lida como uma regra para a significância de enunciados predicativos. Com efeito, se o enunciado “N não existe” é verdadeiro, então “N” é vácuo e, por conseguinte, para um determinado uso de “N”, “N é  $\varnothing$ ” é sem sentido. Considere-se, por exemplo, o enunciado “Vulcano não existe”. Dado que essa é uma afirmação verdadeira, o enunciado “Vulcano não é a causa de perturbações em Mercúrio”<sup>7</sup> deveria ser considerado vazio de significado. Acontece que o enunciado é intuitivamente significante. Essa parece ser uma consequência indesejada de (R).

Ainda há outras críticas que se podem fazer ao modo como Donnellan trata o problema dos nomes próprios vácuos. Katz, em seu artigo *Names Without Bearers*, apresenta algumas delas. O alvo principal de suas críticas é a tese causalista de que enunciados predicativos com ocorrência de nomes próprios vácuos não expressam proposições. Katz procura dar exemplos para refutar essa

---

<sup>7</sup> Esse exemplo é proposto por Jerrold Katz na seção 6 de *Names Without Bearers*. Ao apresentá-lo, porém, ele não está criticando a regra (R), ele pretende apenas questionar o modo como os millianistas tratam o problema da significância de enunciados contendo nomes próprios vácuos.

tese. Não irei, todavia, entrar nos detalhes da sua crítica. No momento, ficarei satisfeito se tiver conseguido descrever com suficiente clareza as dificuldades que o causalismo encontra para explicar o caso dos nomes próprios vácuos.

Uma conclusão que se deve extrair desse capítulo é a seguinte: há questões sobre os nomes próprios que não podem ser resolvidas dentro da visão externalista sobre a linguagem. A questão dos nomes próprios vácuos parece ser uma delas. A questão do comportamento de nomes próprios em contexto epistêmico e a questão do critério de desambiguação de nomes também são exemplos. Na minha opinião, teorias causalistas não podem resolver essas questões porque estão essencialmente ligadas ao paradigma externalista. Teorias descritivistas, que não têm essa ligação intrínseca com o externalismo, parecem ter mais sucesso com essas questões.

Pode-se, porém, argumentar que teorias causalistas têm mais sucesso quando se trata de explicar como a referência dos nomes próprios é determinada. Desconsideremos as lacunas da explicação causalista e digamos que isso seja verdade. De qualquer forma, o que se deve notar é que a função referencial não é tudo o que há para ser explicado a respeito dos nomes próprios. Se quisermos explicar questões que, como as citadas acima, têm a ver com o valor cognitivo dos nomes próprios, temos que buscar uma resposta fora do causalismo, mais ainda, fora do externalismo. A alternativa que temos é o internalismo.

Na próxima parte desta tese, vou tentar esclarecer alguns tópicos fundamentais sobre o internalismo semântico (ou linguístico). Especificamente, vou caracterizar a noção de *mente* utilizada pela maior parte dos internalistas, inclusive por mim, e expor as principais características do internalismo chomskyano. Tais esclarecimentos terão a finalidade de preparar o terreno para a parte final deste trabalho.